



ANA PAULA NUNES

RODRIGO SANTOS

**EDUCAÇÃO FÍSICA E GÊNERO:
ABORDAGENS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA
PROBLEMATIZAÇÃO DO CONFLITO DE GÊNERO**

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
2019

ANA PAULA NUNES

RODRIGO SANTOS

**EDUCAÇÃO FÍSICA E GÊNERO:
ABORDAGENS DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA
PROBLEMATIZAÇÃO DO CONFLITO DE GÊNERO**

Projeto apresentado à Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso do curso de graduação em Educação Física da UNINOVE/SP, como requisito básico para a aprovação.
Orientador: Prof. Dr. Roberto Gimenez

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
2019

RESUMO

O objetivo deste estudo é a busca dos contrastes da representação de gênero em aulas de Educação Física. Pôde-se observar em diversos estudos que as relações conflituosas entre meninos e meninas reincidentem ocorrem, entre outras maneiras, por meio de representações biológicas, como por exemplo, de que as meninas são mais fracas que os meninos. As aulas no regime de coeducação poderão ser um meio de humanizar tais diferenças socialmente produzidas, desde que o docente seja um mediador empenhado em identificar, investigar e interceder nestas diferentes situações.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Gênero. Coeducação.

ABSTRACT

The objective of this study is the search for the contrasts of gender representation in Physical Education classes. It has been observed in a number of studies that conflicting relationships between boys and girls recur, in other ways, through biological representations, for example, that girls are weaker than boys. Classes in the coeducation regime may be a means of humanizing such socially produced differences, provided the teacher is a mediator committed to identifying, investigating and interceding in these different situations.

Key words: Physical School Education. Genre. Co-education.

SUMÁRIO

1. <i>Introdução</i>	7
1.1 <i>Objetivo</i>	9
2. <i>Justificativa</i>	9
3. <i>Gênero: definições e conceitos</i>	10
4. <i>Educação Física escolar e suas relações com o conceito de gênero: aproximação e distanciamento</i>	14
5. <i>As abordagens na Educação Física escolar em relação à problematização do gênero: aulas separadas por sexo, aulas mistas e o modelo de coeducação</i>	18
6. <i>Considerações finais</i>	23
7. <i>Referências</i>	25

1. Introdução

Uma das grandes provocações defrontadas pelos professores de Educação Física em sua prática docente refere-se à adoção de um procedimento adequado para o trabalho com turmas mistas na problematização do gênero. A compreensão das relações de gênero como um processo evolutivo que envolve os parâmetros das masculinidades e das feminilidades, além das mais randômicas possibilidades pelas quais constituímos nossos corpos, nossas identidades e nossos anseios, nos remete a muitas áreas do conhecimento, entre elas a educação em geral e, mais especificamente, a educação física escolar. Percebe-se que as práticas pedagógicas precisam ser repensadas para que se possa construir uma nova abordagem dos conteúdos sob o olhar da equidade de gênero. Dentro do sistema de sociedade patriarcal, em que o homem é mais “forte” – logo, digno de posições de prestígio e maior importância – e a mulher é mais “fraca” – logo, impossibilitada para determinadas coisas e ocupando papéis secundários da vida em sociedade. As diferenças físicas entre homens e mulheres são acentuadas nas aulas de Educação Física, junto a isso os conceitos que esta sociedade patriarcal repassa na maneira de educar meninos e meninas, que enfatiza os conceitos de força e superioridade masculina.

Essa abordagem nos incita a fazer algumas reflexões: Qual seria o modo mais adequado de transmitir aspectos éticos e morais em uma sociedade que enaltece o “ter mais” o “ser mais”, o “quem é mais esperto é o melhor”? De que forma podemos formar indivíduos com possibilidades de novas realizações se a exclusão começa dentro da escola, espaço crucial da Educação?

É percebido que a avaliação na Educação Física escolar geralmente é excludente e seletiva. Aspectos como questões de gênero, por exemplo, podem passar despercebidos pelos docentes, como: selecionando, excluindo, priorizando com um objetivo de que a igualdade seja uma meta ou objetivo a ser alcançado. Com as modificações dos conceitos de gênero e sexualidade ao longo dos anos, surgem necessidades de debates, estudos e reflexões tanto sobre as relações de gênero e sexualidade nos processos de ensinar e aprender quanto nas possibilidades de outras práticas de inclusão e exclusão dos alunos nas escolas e seus espaços pedagógicos.

Problematizando a desigualdade de gênero, percebe-se que algumas práticas docentes de Educação Física ainda ressaltam o separatismo de várias formas: seja na organização das aulas, em que, na maioria das vezes, o educador separa meninos e meninas, construindo inconscientemente a “aprendizagem da separação”, conforme Luciano Corsino e Daniela Auad (2012).

A Educação Física abrange diversos temas da Cultura Corporal, em forma de jogo e brincadeira, luta, dança, esporte e ginástica. Cada um desses temas compõe-se de diversas gamas de atividades que podem potencializar a equivocada premissa de que existem atividades essencialmente femininas e que o menino, ao praticá-las, pode ter sua orientação sexual influenciada. Basta compreender que, muitas vezes, mulheres que jogam futebol são chamadas de “maria macho”, tanto na escola quanto no meio profissional. Outro ponto a ser discutido são as práticas discursivas dos docentes, sobretudo os de Educação Física, que, muitas vezes incluem piadas e comentários que podem influenciar negativamente os estudantes, visto que o professor é referência para o jovem.

Para Brah (2006), as desigualdades de gênero penetram em várias esferas da vida e, nesse trabalho, pretende-se enfatizar duas delas: a escola e a Educação Física, com foco no confronto da realidade social x abordagens. A escola ensina não só as disciplinas curriculares, como Português, Matemática, História e Educação Física, mas também por meio das relações que nela encontramos. Neste ambiente, aprende-se sobre valores, moral e ética, porém poucas disciplinas do currículo abordam esses temas. Procurando a reflexão para poder elucidar tais questões do cotidiano docente da Educação Física, presta-se alguns dos referenciais teóricos utilizados para embasar a pesquisa deste trabalho: Helena Altmann e Eustáquia Salvadora de Souza (1999), Brasil (1997; 1998), Luciano Corsino (2012), Duran (1999), Mirian Pilar Grossi (2015), Mareli Eliane Graupe (2015), Agripino Alves Luz Júnior (2003) e Guaciara Louro (2003). Tais materiais destacam-se nos estudos de gênero no meio educacional e na área da Educação Física Escolar. Com esses referenciais poder-se-á realizar uma pesquisa em que os capítulos se constroem e seguem sob esse embasamento teórico ante o tema estudado.

1.1 Objetivo

Pretendemos com esse estudo investigar a construção social do conceito de gênero, analisando as abordagens e as estratégias nas aulas de Educação Física escolar para as gerações em desenvolvimento, observando a questão do gênero, construído por meio de pesquisas em periódicos impressos e publicações nas bases de dados científicos eletrônico.

2. Justificativa

Aceitar as posições de gênero e sexualidade não é uma tarefa tão fácil, posto que se faz necessário aprender a lidar com esse âmbito e ressignificar sua importância. Adiante, gênero e sexualidade estão, de forma muito intensa, presentes no âmbito escolar. O espaço da educação física é o ambiente em que se manifestam as diferenças entre os gêneros, tornando-se evidentes.

O gênero, ao enfatizar o caráter fundamentalmente social das divisões baseadas no sexo, possibilita perceber as representações e apresentações das diferenças sexuais. Observa-se que imbricadas às diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres estão outra social e culturalmente construídas (Sousa & Altmann, 1999, p.3). Essas características vêm sendo construídas longitudinalmente aos anos que se passam. Corpos masculinos e femininos se constituem nas mais variadas instâncias escolares, porém é na Educação Física que essa distinção é salientada de forma repetida (FRAGA, 2000).

O presente estudo justifica-se pelo fato de nos depararmos de forma muito atenuante com diversas questões de gênero em vários âmbitos da sociedade, assim como no ambiente escolar, pesquisar esse assunto nos motiva em virtude de nos depararmos com essa realidade, onde surgem questões escolares nesse sentido - mais oportunidades de ampliar e analisar a educação física no contexto escolar e a identidade de gênero.

Atualmente, as aulas de Educação Física escolar não são mais separadas por sexo, ação esta que ocorria e se observava com mais frequência até, aproximadamente, o início dos anos 1990. Conforme Dornelles e Fraga

(2009), a atual inexistência de leis no Brasil que proponham a segregação meninos de meninas não significa que essa prática tenha sido completamente extinta das escolas. O separatismo ocorre e se justifica em nome de determinadas concepções de cunho social, das possibilidades do corpo diante o movimento, que são percebidas como distintas para homens e mulheres.

Reconhecer e compreender as questões de gênero são propostas de fundamental importância e merecem ser tratadas com mais atenção. Acredita-se que existe uma visão de caráter leviano quanto à conceituação de gênero – principalmente por parte dos docentes de Educação Física – advinda de uma falta de investigação, pesquisas e debates mais aprofundados destas questões, bem como de poucos esclarecimentos sobre o papel e as possibilidades da Educação Física e seus conteúdos frente às reflexões sobre a reprodução de estereótipos e desigualdades de gênero.

3. Gênero: definições e conceitos

Na concepção de maior simplicidade, a diversidade pode significar variedade, diferença e multiplicidade. “A diferença pode ser entendida como qualidade do que é diferente; o que distingue uma coisa de outra, a falta de igualdade ou de semelhança” ABRAMOWICZ (2006). Partindo deste ponto de vista, podemos afirmar que onde há diversidade existe diferença. E a diferença não é uma marca do sujeito, mas sim “uma marca que o constitui socialmente, e se estabeleceu como uma forma de exclusão, ser diferente na educação ainda significa ser excluído e/ou ser sub-representado nas instâncias sociais” COSTA (2008).

Os estudos no Brasil sobre o conceito de gênero iniciaram nos anos de 1980. Saraiva (2002) relata que a preocupação central dos estudos foi impulsionada, inicialmente, por movimentos feministas com o interesse na diminuição de poder nas relações entre masculino e feminino. Após isso, muda-se o conceito de gênero a partir de sua categoria histórica, ajudando a diminuir as imposições da cultura sobre gêneros diferentes.

Ainda vivemos em uma sociedade em que se discrimina o modo do sujeito ser homem ou de ser mulher, a forma de expressar desejos e prazeres, uma sociedade que rotula como normal a forma como a maioria quer que seja.

O reconhecimento de que somos diferentes para estabelecer a existência de uma diversidade cultural no Brasil não é suficiente para combater os preconceitos, os estereótipos e os estigmas que ainda marginalizam milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos em nossa sociedade. “Não se deve contrapor igualdade à diferença, pois a igualdade não está oposta à diferença, e sim à desigualdade, e diferença não se opõe à igualdade, e sim à padronização, à produção em série, à uniformidade, a sempre o ‘mesmo’, à mesmice” (CANDAUI, 2005).

Sondando um texto publicado de Haraway (1983), o começo do termo gênero para um dicionário marxista, surgiu com intuito da falta de algumas palavras que deveria ser reescrita, em virtude dos movimentos sociais. Nesse marco destaca-se a importância da linguagem e das narrativas histórica na luta feminina, que não foi fácil a caminhada para essa jornada. A maior ênfase desse estudo se dá pelo fato de “apesar de suas importantes diferenças, todos os significados feministas modernos de gênero partem de Simone de Beauvoir (2007) e de sua afirmação de que “não se nasce mulher”. A mesma autora cita sobre as condições sociais e afirma que foi na segunda guerra mundial que se deu a permissão a construção de mulheres com um sujeito em processo coletivo histórico. Uma possível abreviação a “Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta” (Haraway, 1995, p.221).

As condições que permitiram a emergência de um novo sujeito histórico coletivo, “as mulheres”, de um novo campo teórico e político “o feminismo”. Ela enfatiza o parecer comum às várias vertentes ou perspectivas teóricas que assumimos: a noção de construção. A afirmação de Simone de Beauvoir (2007) supõe a construção de um sujeito feminino ou do sujeito gênero propriamente dito nos anos atuais (surgida em 1949, antecipadora da onda feminista dos anos 1960). Esse conceito implica necessariamente operar em uma óptica contracionista. O processo de construção, onde possa ser efetivamente distinta, com o conceito de gênero onde significa colocar-se contra a naturalização do feminino e do masculino.

Conforme consta no livro “Interpretando o gênero” Nicholson (2000), podemos perceber que há dois argumentos que chamam a atenção. Um deles

refere-se ao fato de que, ao fazer generalização com base em grandes varreduras da história, parte da teoria feminista pressupõe em uma perspectiva comum, ao longo dos tempos, sobre o sentido e a importância dos corpos femininos e masculinos. Houve um tempo em que a “Bíblia” era fonte de autoridade e se buscava a explicação para o relacionamento entre mulheres e homens, para as diferenças percebidas entre eles. O corpo tinha menos importância, mas ao passar dos anos o corpo foi ganhando um papel primordial, tornando-se causa e justificativa das diferenças. As características físicas passam a ser tomadas como fonte ou origem das distinções e não como sinal, marca ou manifestações das distinções.

Conforme Nicholson (2000, p. 17)

“os sentidos, a atribuição de significados e valores dos corpos (e de partes dos corpos) mudam através do tempo e das comunidades”.

Mesmo a sociedade tendo separado o masculino do feminino como divisão fundamental, podemos compreender essa divisão como relacionada ao corpo, mas essa relação não se conversa, e conclui-se que a identidade de gênero e sexual seja tomada da mesma forma em qualquer cultura. Com essa concepção, passa-se a notar as compreensões sobre a importância dos corpos, surpreendentes tecnologias e teorizações pós-modernas. Esse alerta é exatamente para o hábito de se tomar as noções ocidentais e contemporâneas como noções generalizadas para qualquer tempo e lugar, e sobre elas assentar teorias como pretensões universais. Podemos ver essa diferença que a autora nos cita, em que a diferença física significa moral e política, mesmo não usando para explicar divisões básicas na população humana (Nicholson, 2000, p.18).

Embora as feministas da segunda fase tenham procurado se afastar do determinismo biológico e se aproximado, em diferentes graus, da ideia de uma construção social a partir do sujeito, ainda assim mantiveram a perspectiva de que a construção social se faz sobre ou a partir de um corpo. Essa posição de “funcionalismo biológico”, na qual “dados da biologia” permanecem como espécie de fundamento para o social. Ela ainda dá sua posição onde cria-se obstáculos para uma melhor compreensão das diferenças entre mulheres, entre os homens, o que mais intriga entre quem pode ser considerado homem

e mulher. Problematizar a noção e a construção social significa colocar em questão a existência de um corpo antes da cultura ou fora dela; identificar um corpo no nascimento ou até antes, se dá ao contexto de uma cultura, pela linguagem que essa cultura expõe. Fazer uma vertente feminista, que é a nomeação do gênero, não é uma simples descrição do corpo, mas o que faz esse corpo existir. Nesse sentido, o corpo só é inteligível no âmbito da cultura de linguagem.

Segundo Ana Célia Silva (2005), “nos livros didáticos, nos currículos escolares e nas falas dos professores, ainda há uma invisibilidade ou a visibilidade subalterna de diversos grupos sociais, como os negros, os indígenas e as mulheres, etc.”. O preconceito instituído e manifestado na prática pedagógica pode levar tais grupos a uma auto-rejeição e também à rejeição ao seu grupo social, comprometendo os processos constitutivos de sua identidade. A sexualidade fica evidente e a diversidade de conceptualizações ancoragem da sexualidade na biologia, resistente que ocorre em relação ao gênero. A aceitação de uma matriz biológica, de atributo ou impulso comum, se ocorre na origem da sexualidade humana. Opera-se uma noção universal e trans-histórica da sexualidade, determinismo biológico. O obstructionismo social que a autora relata contrapõe-se à ótica, opõe-se às perspectivas essencialistas e deterministas. Há um leque de compreensões distintas que se dá a essa construção social. A sexualidade se supõe de corpos envolvidos em fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos, representações ou postos em ação para expressar desejos e prazeres.

Segundo Michael Foucault (1988), “a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico” e que “não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar”. Partindo deste ponto de vista, a sexualidade já faz parte do destino e produção do ser humano, em que este ser humano se baseia suas convicções e saberes nas suas relação e subjetividades. Então, pode-se perceber que o homem pode ser conhecido pelo o que ele é, produz e pelo que diz – pensamentos e ações.

4. Educação Física escolar e suas relações com o conceito de gênero: aproximação e distanciamento.

Diante das definições e conceitos do gênero, das contribuições dos estudos feministas e pensando na Educação Física em um âmbito onde manifestam-se situações de problematização do gênero presentes no contexto social, investigaremos sobre a reflexão da educação física escolar e suas relações com o gênero: existe uma aproximação ou um distanciamento entre eles?

Enquanto instituição, a educação é responsável pela formação formal dos indivíduos de uma sociedade. Durante muito tempo, a educação como instrução formal foi privilégio de poucos que dispunham de tempo e dinheiro para investir. A Educação Escolar de acordo com Cury (2002, p.63)

“É uma modalidade de educação que se destina, institucionalmente, para a transmissão do conhecimento acumulado e para a criação de posturas sociais voltadas para a vida cidadã”.

Hoje é percebido que a educação formal não apenas se tornou comum, mas sim uma exigência, um direito universal que, embora ainda não tenha sido assegurado para absolutamente todos em nosso país, caminha a passos largos nessa direção. Um papel de suma importância para o futuro dos alunos, é o corpo docente, trabalhando com seu alunado para que tenham a compreensão de como ser um jovem cidadão, utilizando-se dos instrumentos da educação.

Nas aulas de educação física escolar se faz necessário estabelecer um contexto diferente de uma aula de dança, brincadeira ou até mesmo de esporte realizados fora do âmbito escolar – a educação física informal. Ao remetermos à Educação Física, para Soares (2012), esta profissão vem se desenvolvendo no país a partir de importantes mudanças político-sociais e atualmente é vista como elemento essencial para a formação do cidadão. Na perspectiva deste campo do conhecimento, ao ser integrado à proposta pedagógica na escola, passa a se configurar enquanto componente curricular obrigatório da educação básica, LDB (9.394/96), logo, essencial para a formação pedagógica e afirmação das práticas socioculturais.

A Educação Física, de acordo com o Coletivo de Autores (2011, p.26)

“Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte [...] e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas”.

Acurando o conceito de gênero nas aulas de Educação Física escolar, pode-se perceber que existem algumas propostas para essas aulas que podem influenciar na relação de meninos e meninas no seu rol de desenvolvimento. Em relação ao seu conteúdo, a Educação Física é considerada feminino ou masculino. Conteúdos considerados femininos: ginástica e dança, visto que consideradas atividades físicas com características mais delicadas. Já os conteúdos considerados masculinos: futebol e lutas, em virtude de ser caracterizadas pela sociedade como atividades agressivas e viris, sendo inapropriado para o gênero feminino.

De acordo com Louro (1997, p.72)

“Se em algumas áreas escolares a constituição da identidade de gênero parece, muitas vezes, ser feita através dos discursos implícitos, nas aulas de Educação Física esse processo é, geralmente, mais explícito e evidente.”

O fundamento desse ocorrido se faz pela a própria história da Educação Física, que tinha como objetivo buscar o modelo dos corpos femininos e masculino, de forma militar e higienista fundamentadas no século XIX. A construção social das diferenças e o poder a elas atribuído, quando assentadas nas relações de gênero, podem revelar as diferenças criadas, ou percebidas socialmente, e sofrer variação de acordo com a estrutura e caracterização histórico-cultural. As probabilidades no que diz respeito à distinção de comportamento que se deseja para o menino e para a menina que se justificam pelas diferenças biológicas, oportuniza distintas vivências corporais.

Como aponta Corsino e Auad (2012, p.42)

“A Educação Física Escolar ainda não superou totalmente a característica histórica marcada pelas separações entre meninas e meninos, apesar de muitos estudos demonstrarem as vantagens das misturas em favor de uma escola democrática.”

Problematizando tal situação, quando é proposto aulas com meninos e meninas juntos, surge uma resistência na participação das atividades relacionadas com os conteúdos, dança e ginástica, que fazem parte das temáticas da disciplina de educação física, para muitos meninos é considerado uma modalidade para meninas por ter suas nuances de delicadeza. Já os esportes e as lutas, que também fazem parte das temáticas da disciplina de educação física, são entendidos pelas meninas como modalidades para meninos, pelo fato de existir violência e contato abrupto com os corpos.

Entre o alunado, existe aquele que participa das atividades seja ela qual for. Com tal feito, há de surgir piadinhas no sentido pejorativo, seja ela tanto do gênero masculino ou feminino.

Conforme aponta Corsino e Auad (2012, p.52)

“Um sujeito do sexo masculino assumir algo que corresponda, no âmbito das relações de gênero tradicionais, ao que conhecemos como típico do universo feminino causa riso, deboche e ironia.”

Tal situação motiva alguns profissionais a trabalharem em suas aulas com a divisão de meninos e meninas durante as atividades, lidando com esse aspecto com sistema diferente, para que a aula seja mais tranquila e infelizmente findando no fomento do preconceito entre os gêneros nas escolas.

Será que nos currículos indica que na Educação Física o professor tem que dividir ou não? Tal reflexão nos mostra essa questão de acordo com o Decreto nº 69.4502, de 1 de novembro de 1971, que regulamenta a sistemática da área Educação Física na educação nacional a partir daquele ano. Nele se encontra, com relação à composição das turmas, a orientação que estas tenham 50 alunados do mesmo sexo. De acordo com Estaquia Souza (1997), tal orientação norteou a ação da Educação Física escolar durante 25 anos, sendo substituída pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que passou a regulamentar a educação no país.

A diversidade na escola no que diz respeito ao gênero é de suma importância e esse aspecto não pode ficar em *stand by*. Vislumbrando sempre que o alunado aceita de forma passiva as imposições externas que lhe são impostas, pois eles se envolvem e são envolvidos enfrentam, indagam, visto que conforme aponta Foucault (1979), aonde existe o poder também existe resistência.

A prática do diálogo do currículo dando espaço à diversidade faz com que o alunado perceba o poder e a dominação para que possam desconstruir e derrubar os antigos padrões, nos quais cabiam ao professor essa difícil missão, visto que o professor é colocado diante um exercício de desconstrução muitas vezes. Como Saraiva (2002, p. 83) afirma, mesmo sendo difícil, a educação física deve refletir sobre a “[...] importância do papel dos(as) professores(as) na problematização e vivência das questões de gênero, na prática pedagógica, junto aos seus alunos/as. E, para isso, eles(as) próprios(as) precisam estar esclarecidos”.

As práticas escolares reproduzem o signo da cultura e do sistema dominante, onde constam as relações sociais espelham a moderna sociedade capitalista. Em virtude do método histórico da civilização ocidental, o modelo da escola controlar e ensinar o corpo estão atados aos procedimentos das estruturas de poder. No sistema de sociedade patriarcal, o homem é mais “forte”, logo, digno de posições de prestígio e maior importância e a mulher é mais “fraca”, logo, impossibilitada para determinadas coisas e ocupando papéis secundários da vida em sociedade.

A obstinação de uma Educação Física que não observa sobre suas práticas e sua atribuição na composição do seu alunado finda, ao longo de seu remanso, coadjuvando na formação de estereótipos de homem e mulher, condicionando um comportamento imparcial, corroborando na formação de um entendimento coletivo de que ser homem e mulher atende a certos padrões e regras normatizadas de conduta, segundo Gonçalves (1984)

Provindo da razão de que a escola desponta como a primordialidade de disposição do saber e na investida de atender determinadas propensões, a

exclusão se dá por moldar a sua medida exercida de poder e impossibilitar esse conhecimento às amarras de um currículo de Educação Física monopolizador de controle dos corpos durante as aulas.

Segundo o mesmo autor, o poder não é exclusivamente uma força nula, mas também uma força positiva; que o poder está sempre presente; e que onde há poder, há resistência, e que a resistência, de modo algum, será um ponto de exterioridade em relação ao poder, temos assim, a probabilidade de mudar a situação e que esta possibilidade existe sempre. A resistência é um componente dos elos estratégicos nos quais se constitui o poder, ela se apoia na realidade, sobre a situação à qual combate.

5. As abordagens na Educação Física escolar em relação à problematização do gênero: aulas separadas por sexo, aulas mistas e o modelo de coeducação

Acerca das aproximações e os distanciamentos que a Educação Física escolar tem em relação ao gênero, vamos nessa passagem observar as abordagens utilizadas pelo professor ao se deparar com a problematização de gênero.

Nas aulas de Educação Física escolar, pode-se identificar três tipos utilizadas por professores - aula separada, em que as aulas são realizadas com os meninos separados das meninas; aula mista, em que as aulas são realizadas com todos os alunos em um mesmo ambiente; e a coeducativa - não muito diferente da aula mista, mas podem ser problematizadas as questões de gênero inerentes às atividades.

A fragmentação entre meninos e meninas nas aulas de Educação Física é um mecanismo usual por professores e professoras nas escolas, onde a moção de separação de meninos e meninas nas aulas de Educação Física na escola se deu de diferentes formas desde a implantação e sanção das práticas corporais no âmbito escolar brasileiro. As aulas separadas por sexo podem ter o mesmo professor para as duas metades da turma em horários diferentes ou até mesmo um professor para cada. Uma das principais questões que permeiam o meio da Educação Física quando se diz respeito à aula separada é a finalidade do rendimento nas aulas, uniformidade de interesses, habilidades

e valências físicas. Meyer (2004, p. 9), comentando estas desigualdades, afirma:

A força corporal foi, por muito tempo, um importante argumento, dentre outros, para explicar a superioridade dos homens sobre as mulheres. Características anatômicas como o tamanho e formato da bacia explicaram e justificaram a maternidade como destino natural da mulher.

Ao observar esse tipo de questão, percebe-se que são nas atividades que expressam competição que esses fatores se enfatizam para a tal divisão como espécime: são os meninos não escolhendo as meninas para o time ou a auto exclusão feminina da atividade. Aulas separadas ocasiona em uma tendência de não dar a devida atenção aos dois grupos de forma simultânea. Desta certa forma, tal ação lesa a qualidade e o andamento da aula. Nas escolas que não dispõem de ambiente físico oportuno, o alunado fica esperando para o intervalo em relação ao uso do espaço. Entretanto, quanto ao quesito “vantagens da separação”, Louzada (2005) e Abreu (1995) apud Dornelles e Fraga (2009) expõem a cabal homogeneidade das turmas de tal maneira a entender como um ponto de vista positivo a possibilidade de uma empreita pedagógica voltada para o treinamento seja o enfoque, fazendo com que essa indagação abordada anteriormente – que realça a diferença entre menino e meninas – se finde. Mas, o viés da desigualdade, separação pelo mesmo sexo, no momento em que o docente de Educação Física com as melhores das intenções de ser assertivo, não consegue administrar o trabalho pedagógico, irá culminar no mesmo problema: aumento da competitividade entre meninos e meninas e a falta de união, Abreu (1995).

Ademais, pode-se fazer mais um outro quanto ao fator influenciador da preferência de aulas separadas por sexo: o da sexualidade. Quando meninos e meninas passam a enxergar o outro não só como um simples colega, mas como alguém interessante, nasce a questão de ter vergonha de fazer a atividade proposta pelo medo de se expor à turma. Nessa fase, quando surge a sexualidade, é muito difícil de se trabalhar com esses adolescentes. Então, uma das soluções encontradas em algumas escolas para tentar conter meninos

e meninas e amenizar as preocupações de direção e professores, foi a separação da aula por sexo. Acontece que a sexualidade continua se manifestando dentro dessas esferas criadas. De um lado, temos vários meninos reunidos em um mesmo lugar – atrás do mesmo objetivo proposto pela atividade da aula –, onde a sexualidade está presente à flor da pele e surge o receio ao toque do colega, com a justificativa da masculinidade. Do outro lado, um monte de meninas vaidosas cada uma a seu jeito, que muitas vezes esnobam umas às outras, usando como desculpa a popularidade que muitas vezes se manifesta com a maior feminilidade da colega.

Do ponto de vista de Chan-Vianna et al. (2010), as pesquisas sobre gênero na Educação Física escolar, na maioria das vezes, acabam partindo do pressuposto de discriminação e sexismo nas aulas. Os docentes, que logo ao iniciarem seu trabalho, derivam-se da estimativa de sexismo na escola a partir de uma única visita que fez, assim recaindo em uma simplificação do fenômeno. Critica-se também autores que supostamente defendem aulas com pluralidade de conteúdos no sentido de que as meninas tenham a possibilidade de participar, dando significância ao domínio feminino. Em relação aos pensamentos desses autores:

Essa posição parece vitimista, pois se pensarmos a educação física escolar como espaço de apropriação da cultura do lazer, estaríamos preparando as meninas para continuarem despreparadas para ocupar os espaços valorizados dos jogos coletivos. Em outras palavras, poderíamos indagar: se a prática dos esportes coletivos é um instrumento de poder e as mulheres estão em minoria, não seria mais transformador insistir no ensino dessas modalidades para todas as meninas na escola? Não seria interessante trabalhar turmas separadas, para que elas se apropriassem melhor do conteúdo que as oprime? (CHAN-VIANNA ET AL., 2010, p. 156)

O autor expressa sua posição do viés negativo que alguns autores deixam ao analisar a Educação Física escolar com uma visão crítica, corroborando no confuso de produções dessas pesquisas - tonificação na busca pelo sexismo.

Em um outro ponto de vista, visando uma Educação Física escolar mais humanista e a fim de suplantar os estereótipos sexistas e polemizar sobre os impasses de meninos e meninas a frente às aulas mistas de Educação Física escolar e, ainda, outros problemas relacionados ao gênero, os docentes têm apresentado um significativo interesse pelas aulas mistas. Entretanto, para podermos nos atentar ante às problematizações de gênero no desenvolvimento formativo de meninos e meninas, não bastas uni-los nas atividades de educação física, é de grande valia ensinar-lhes diante do modelo de coeducação.

As aulas mistas surgiram em um panorama em que a educação física questionava a viabilidade da desconstrução de estereótipos sexuais e a humanização dos conteúdos para ambos os sexos, de forma equitativa. Nesta época, foi um grande desafio para os docentes produzir aulas mistas de forma congruente, pois o alunado estava habituado com as aulas separadas por sexo. Convalidando essa informação, Altmann (1998) discorre em seus textos que as aulas de Educação Física eram substancialmente categorizadas e os estereótipos sexuais, regularmente retratados pela necessidade de poder que os esportes coletivos difundem no ambiente.

Conforme Correa (2004), em sua pesquisa realizada em escolas públicas, foi investigado que ainda em aulas mistas realiza-se a disseminação de grupos do mesmo sexo, como por exemplo, com meninos jogando futebol e meninas jogando vôlei. Partindo do pressuposto que a superação de atitudes sexistas é um grande desafio para os educadores críticos e pós-críticos, nas aulas mistas é de suma importância a mediação do docente para a desconstrução dos uns e outros estereótipos e a minimização da segregação dos sexos nas aulas de Educação Física escolar, em que o incentivo à prática de atividades corporais com o alunado coopera para o avanço da solidariedade, corroborando para um súpero saber da construção social das distinções de gênero, e assim sendo, a flexibilidade ante os ambos sexos em relação ao comportamento nas atividades.

No que diz respeito às aulas mistas e coeducativas, é posto em destaque um grande equívoco de sinônimos – habitualmente confundidos em seus significados, conforme Dornelles e Fraga (2009, p.47):

“as aulas mistas envolveriam apenas questões de distribuição e organização de meninos e meninas de forma conjunta no espaço escolar, isto é, apenas a mistura de meninos e meninas. Já o ideal de coeducação objetiva problematizar as relações de gênero, objetivando uma compreensão da construção cultural das diferentes posições de poder ocupadas pelo feminino em relação ao masculino e vice-versa na nossa sociedade, assim como tenta reverter ou minimizar algum tipo de hierarquia entre esses polos”.

A coeducação reputa a igualdade de oportunidades entre os gêneros, porém, é importante evidenciar que escola mista não possui o mesmo sentido da escola coeducativa. Neste sentido, para elucidar os caminhos da coeducação em Educação Física, se faz necessário por em cheque que essa disciplina não aborda a igualdade entre os sexos, e sim a equidade, tendo como *checkpoint* criar um clima tal que permita o andamento integral: afetivo, social, intelectual, motor, psicológico, sem o prejuízo em relação ao gênero, ou seja, uma escola para a construção do sexo feminino e do sexo masculino que considere os diferentes auxílios e habilidades, independentes de sexo.

Ao divagar ante as questões que afloram no processo coeducativo, percebe-se, em relação à ambiguidade educacional de generalizar quando todos são iguais e todos são diferentes, Talbot (1993) alude a importância da identificação e reconhecimento, pelo docente, da influência “homofóbica” no ensino como instrumento de modificação de suas práticas. Visto exposto, podemos caracterizar que o papel do docente não é o de dar um jeitinho nos conteúdos e métodos de ensino ao alunado, mas sim de refletir se está ou não reforçando a sexualização ou impedindo o *looping* repetitivo das atividades estereotipadas.

Uma última errata na distinção dos termos é que a escola mista é de suma importância para o trabalho em regime de coeducação, pois é necessário o aglomerado de meninos e meninas; entretanto, nem todo trabalho misto segue um viés coeducativo.

6. Considerações finais

Com base nos estudos observados, podemos discorrer algumas considerações, efetuar alguns apontamentos e reflexões sobre a perspectiva da construção social do conceito de gênero, analisando as abordagens e as estratégias nas aulas de educação física escolar - aulas separadas, mistas ou coeducativas?

Esse estudo, que procura indicar a melhor solução para este “dilema”, apoiamo-nos em uma perspectiva crítica, na qual a educação física mista ainda é polemizada, sobretudo em função das divergências entre meninos e meninas na problematização do gênero. Nesse interim, idade, força e habilidade, ligadas à questão do gênero, são esferas categóricas na restrição de meninos e meninas na escola. Essa perspectiva leva-nos a crer que a segregação por sexo nas aulas de Educação Física não julga os outros motivos, uma vez que há diferenças e conflitos entre indivíduos do mesmo sexo.

Também podemos observar que para uma redução tênue a desigualdade de gênero nas aulas de Educação Física escolar, a prática da coeducação é uma saída importante, pela qual adotam-se dimensões pedagógicas que se adaptem às diferentes conjunturas para um maior proveito da aprendizagem em cada grupo e anular com critérios rígidos de avaliação, que por vezes tendem a dar prevalência a determinadas competências e a esquecer outras, traçando desta forma estereótipos de gênero.

Percebemos que, a instituição escolar tem como umas de suas responsabilidades propiciar a conexão entre meninos e meninas e, por meio do convívio, aprender com as diferenças existentes entre os seres humanos. Porém, se faz necessário o/a docente de Educação Física utilizar de estratégias para poder desconstruir a desigualdade de gênero que intrinsecamente e inconscientemente manifesta-se nas aulas. O método da coeducação é educar no mesmo sentido, de uma forma igual ambos os sexos, difundir estipulados conteúdos do mesmo jeito sendo para meninos ou para meninas. As aulas separadas fazem sentido quando, por gênero, busca-se o alto rendimento para determinado fim e na educação física escolar não tem o propósito do alto rendimento. Nesse sentido, a educação física propõe uma gama de

possibilidades através da familiaridade que pode ser estabelecido entre os alunos através da prática.

7. Referências

ABRAMOWICZ, Anete. Trabalhando a diferença na educação infantil. São Paulo: Moderna, 2006.

ABREU, Neíse Gaudêncio. "Análise das percepções de docentes e discentes sobre turmas mistas e separadas por sexo nas aulas de educação física escolar". In: ROMERO, Eliane (org.), Corpo, mulher e sociedade. Campinas: Papyrus, 1995, pp. 157-176.

Altmann, Helena. Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na educação física. Biblioteca digital UFMG.

Brah, A. (2006). Difference, Diversity, Differentiation. Cartographies of Diaspora: Contesting Identities. Longon/New York, Routledge, 1996, capítulo 5, pp.95-127. Capítulo traduzido para a Língua Portuguesa autorizado pela autora pela Revista Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp. 329-376.

BEAUVOIR, S. de. O Segundo sexo; tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CANDAU, Vera Maria. Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CHAN-VIANNA, A. J. et al. Educação Física, gênero e escola: uma análise da produção acadêmica. Movimento, vol. 16, núm. 2, abril-junho, 2010, pp. 149-166. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.

CORSINO, Luciano Nascimento; AUAD, Daniela. O professor diante das relações de gênero na educação física escolar. São Paulo: Cortez, 2012.

CORRÊA, I.L.S. Co-educação na iniciação esportiva: o sexismo em questão. Anais do 2º Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte. Criciúma: CBCE/UNESC, 2004.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e pedagogia em tempo de proliferação da diferença: In Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas – XIV ENDIPE; Porto Alegre – RS: Edipucrs, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação educacional brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DORNELLES, P.G.; FRAGA, A.B. Aula Mista Versus Aula Separada? Uma questão de gênero recorrente na educação física escolar. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física – ISSN 2175-8093 – Vol. 1, n. 1, p.141-156, agosto/2009.

Foucault, Michael. HISTÓRIA DA SEXUALIDADE I, A VONTADE DE SABER. 1988.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HARAWAY, Donna. Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza. Manuel Talens. Valencia: Madrid: Ediciones Catedra, 1995.

JESUS, Louzada de. DEVIDE, Fabiano Pries. Educação física escolar, co-educação e gênero: mapeando representações de discentes. Movimento, Porto Alegre, v.12, n. 03, p. 123-140, set/dez 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MEYER, D. E.; SOARES, R. de F. R. Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares: um início de reflexão. In.: MEYER, D. E.; SOARES, R. de F. R. (org.). Corpo, gênero e sexualidade. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 5-16.

SARAIVA, M. do C. Por que investigar as questões de gênero no âmbito da Educação Física, Esporte e Lazer? *Motrivivência*, v.13, n. 19, p. 79-85, 2002.

Silva, Ana Celia da. A representação do Negro no Livro Didático: o que mudou? Por que mudou? EDUFBA. Salvador, 2011.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de. Ensino da educação física escolar para turmas mistas: muito difícil! Difícil demais!?! In: *Dois Pontos: teoria & prática em educação*. Vol. 4, n. 31, p.78-82, mar./abr., 1997.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de; Altmann, Helena. Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar. *Cad. CEDES* vol.19 n.48 Campinas Aug. 1999.